

CONTRATO CEDAE Nº 084/2021(DRI) que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)** e a **ALE & DAN SERVIÇOS, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sociedade de economia mista, doravante denominada **CEDAE**, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2.655 – Cidade Nova – CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.352.394/0001-04, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sr. LEONARDO ELIA SOARES, e seu Diretor da Região do Interior, Sr. MARCO AURÉLIO DAMATO PORTO, e a empresa **ALE & DAN SERVIÇOS, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA.**, sediada na Rua Américo Rodrigues, 137, Patronato, São Gonçalo, Cep. 24.435-280, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob nº 11.395.635/0001-51, neste ato por meio de sua Administradora, Sra. DANIELE ALVES DE SOUZA SILVA, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar a presente contratação remanescente autuada no **Processo Administrativo E-07/100.509/2019**, mediante **Dispensa de Licitação n. 030/2021 (DRI)**, celebrada com fundamento no **art. 29, inciso VI da Lei 13.303/2016**, pela qual se regerá, bem como pelo o que dispõem o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE – RILC, os preceitos de direito privado, a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, o Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, a Lei Complementar Federal nº 123/06, estando sujeito às disposições da Lei Estadual 7.539 de 27 de março de 2017, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no edital de licitação e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente ajuste se destina à **"CONTRATAÇÃO REMANESCENTE AO CONTRATO N. 088/2020 PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA DIRETORIA DA REGIÃO DO INTERIOR – DRI, EM 3 LOTES – LOTE II"**, conforme Pregão Eletrônico nº 602/2020 e aprovação em Resolução de Diretoria datada de 05 de Agosto de 2021.

Parágrafo Único - Inserem-se no escopo desta contratação, embora não transcritos, o detalhamento contido nos Anexos do Edital de Licitação por Pregão Eletrônico nº. 602/2020, a proposta da antiga contratada, autuada às fls. 1.068 a 1.077, que foi utilizada como parâmetro para a aceitação do remanescente nas mesmas condições do Contrato n. 088/2020 (DRI), bem como a manifestação da nova contratada às fls. 1903 do processo administrativo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- Realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- Fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos pertinentes à execução do contrato;
- Exercer a fiscalização do contrato; e
- Aceitar provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas aqui definidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**, além daquelas previstas nos documentos anexos ao Edital que ensejou a presente contratação - **Pregão Eletrônico nº 602/2020**.

- Conduzir os serviços de acordo com as normas técnicas e legislação em vigor;

Patricia L. Rasma
Advogada
Matrícula: O-0118452-3
OAB/RJ-136.478
CEDAE 1

- b) A CONTRATADA desenvolverá um manual de condutas e sanções administrativas, contemplando os direitos e deveres dos seus empregados, além das medidas a serem tomadas para cada tipo de desvio previamente mapeado. O referido manual deverá ter como base o Código de Ética e Conduta da CEDAE, fazer referência à confidencialidade das informações e incluir práticas de "coaching" contemplando escalas de sanções, visando agir de forma pedagógica. O conteúdo deverá ser aprovado pela FISCALIZAÇÃO e amplamente divulgado a todos os colaboradores;
- c) A CONTRATADA deverá elaborar um programa de Motivação e Retenção de Talentos com periodicidade de revisão semestral. O programa deverá contemplar pelo menos uma campanha motivacional por mês e descrever quais serão as ações adotadas;
- d) A CONTRATADA adotará medidas com o objetivo de incentivar o desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos colaboradores;
- e) A CONTRATADA deverá designar um Preposto/Responsável Técnico que atuará em tempo integral, desempenhando o papel de gerente de relacionamento do contrato zelando pelos postos de trabalho, de acordo com o quantitativo e qualidade pré-estabelecida de supervisores;
- f) A CONTRATADA deverá atender os requisitos mínimos de Segurança, Medicina e Meio Ambiente do Trabalho, obedecer às determinações da Lei nº 6.514, cumprir as disposições do Código de Ética e Conduta da CEDAE, NR-17, PPRA e PCMSO vigentes na operação;
- g) A CONTRATADA deverá apresentar um programa de treinamento em Saúde e Segurança do Trabalho aderente a Norma Regulamentadora 17, da Portaria nº 3.751 de 23 de novembro de 1990, em todos seus itens e subitens, assim como em seu Anexo II, incluindo capacitação em Ergonomia. Todos os custos são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA;
- h) A CONTRATADA manterá um programa de Ginástica Laboral e Orientação Postural, além de avaliar periodicamente todos os empregados quanto à correta utilização dos equipamentos disponíveis (cadeiras, mesas, computadores etc.);
- i) Cumprir todas as obrigações e encargos, sociais e trabalhistas, decorrentes da prestação de seus serviços;
- e
- j) Demonstrar, apenas quando possuir mais de 100 (cem) empregados alocados a este contrato, o cumprimento do regime de quotas previsto na Lei Federal n. 8.213/1991 e Lei Estadual n. 7.258/2016, observando os seguintes quantitativos:
- 1) até 200 empregados = 2%;
 - 2) de 201 a 500 empregados = 3%;
 - 3) de 501 a 1.000 empregados = 4%; e
 - 4) de 1.001 em diante = 5%.
- k) A CONTRATADA reconhece que, em razão da sua prestação de serviços à CEDAE, estabelece contato com informações confidenciais e privadas da empresa e de seus clientes que podem e devem ser conceituadas como segredo de indústria, de comércio ou de negócio. Assim, a CONTRATADA obriga-se, por seus administradores, empregados, prepostos e contratados a manter o mais completo e absoluto sigilo em relação a toda e qualquer informação da CEDAE a que tenham acesso, não podendo, sob qualquer pretexto, utilizá-las para si, divulgar, reproduzir ou delas dar conhecimento a terceiros, inclusive após o término da prestação de serviços.
- K.1) A CONTRATADA e a CEDAE expressamente reconhecem que todo e qualquer material utilizado durante a prestação de serviços, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa, registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido utilizados, criados ou estados sob o controle de qualquer das partes, serão igualmente resguardados pelo mútuo compromisso de Sigilo e Confidencialidade. As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação de vínculo entre CEDAE

Patricia L. D. Rasma
Advogada DE
0-618053-40
136 DU 8.2
CEDAE
CONTRATOS

CONTRATADA e a CEDAE e abrangem, além das informações de que as partes venham a tomar conhecimento, aquelas que já possuem na presente data;

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses** contados a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela CEDAE (Ordem de Início), que poderá ser emitida após a assinatura do contrato.

Parágrafo Único - O contrato poderá ter a sua duração prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses, de acordo com o que preceitua o Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) e, o inciso II do Artigo 71, da Lei 13.303/2016; devendo ser considerado na contagem deste prazo o tempo transcorrido no Contrato n. 088/2020 (DRI), do qual esta contratação é remanescente.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias relativas ao exercício financeiro de 2020, assim classificadas:

Conta Contábil: 411110331
Programa de Trabalho: 2200022016
Código Orçamentário: 33903938
Fonte de Recursos: 10
Centro de Custos: DI00000000
Reserva Orçamentária: 2021000307.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO

A presente contratação será realizada em regime de execução por preço unitário, sendo o seu valor total de **R\$ 9.404.523,00 (nove milhões, quatrocentos e quatro mil, quinhentos e vinte e três reais)**, nas mesmas condições do cronograma físico financeiro apresentado junto à proposta de preços da contratada que ensejou o Contrato n. 088/2020 (DRI), parte integrante deste ajuste, conforme tabela abaixo.

Descrição do Posto	Quantidade de Postos	Preço Unitário	Valor Mensal	Valor total para 12 (doze) meses
Serviço de Atendimento	43	R\$ 4.290,97	R\$ 184.511,71	R\$ 2.214.140,52
Serviço de Apoio ao Atendimento Interno	40	R\$ 5.768,04	R\$ 230.721,60	R\$ 2.768.659,20
Serviço de Apoio ao Atendimento Externo	40	R\$ 5.528,87	R\$ 221.154,80	R\$ 2.653.857,60
Serviço de Supervisão ao Apoio ao Atendimento Interno e Externo	21	R\$ 7.015,34	R\$ 147.322,14	R\$ 1.767.865,68
TOTAL GERAL	144		R\$ 783.710,25	R\$ 9.404.523,00

Parágrafo Primeiro - No preço ajustado na cláusula anterior já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, todos os encargos, tributos, inclusive os referentes às legislações fiscal, tributária e trabalhista, lucros, despesas com vales transportes, tickets refeição, seguro de vida, assistência médica, uniformes, treinamentos, material de escritório, veículos, aparelhos celulares e quaisquer outras necessárias à execução dos serviços e quaisquer outras necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas neste instrumento, no termo de referência e na legislação vigente, especialmente aquelas relacionadas à execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, aplicação de penalidades, rescisão de

Patricia L. D. Raama
Advogada 8.2
Matrícula 30-018053
OAB/RJ 338478
CEDAE



contratos e pagamentos, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 3 (três) membros devidamente habilitados.

Parágrafo Segundo - É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** deverá refazer **aquilo** que for rejeitado, obedecendo às determinações da Comissão de Fiscalização.

Parágrafo Quarto - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações necessários.

Parágrafo Sexto - A fiscalização do serviço pela **CEDAE** não excluirá ou atenuará a responsabilidade da **CONTRATADA** quanto à qualidade dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais, nem a eximirá de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sétimo - Na forma da Lei Estadual n. 7.258/2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "j" da cláusula terceira, realizando-se a verificação do cumprimento da obrigação assumida no contrato, se for o caso.

Parágrafo Oitavo - Será obrigação da contratada manter durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 69, inciso IX, da Lei 13.303/16.

Parágrafo Nono - Na execução dos serviços objeto da presente Licitação serão obedecidas as instruções e recomendações da CEDAE e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, aceitação, penalidades, rescisão de contratos e pagamentos.

Parágrafo Décimo - No caso de rescisão de contrato por qualquer um dos motivos previstos no Artigo 222 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE - RILC, obriga-se a Licitante vencedora a retirar-se do local dos serviços, levando o que lhe pertencer.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** será responsabilizada pelos danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, a título de dolo ou culpa, quando decorrentes da execução deste contrato; não se eximindo dessa responsabilidade pela fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** será a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo - A contratada deverá apresentar mensalmente, juntamente com a fatura/nota fiscal dos serviços, deverão ser apresentados os seguintes comprovantes para o processamento dos pagamentos:

Patricia L. D. Rosa
Advogada
Matrícula: 0-01805318
OAB/RJ: 136476
CEDAE 4



a) Medição/detalhamento do serviço prestado;

b) Declaração de que se encontra cumprindo o regime de quotas da Lei Estadual n. 7.258/2016; exigível somente quando a **CONTRATADA** estiver enquadrada na situação prevista na cláusula terceira, letra "j", deste instrumento;

Parágrafo Terceiro - A ausência de qualquer dos documentos mencionados no parágrafo anterior impedirá a obtenção do recibo de adimplemento, conforme art. 191 do RILC, e importará em notificação à **CONTRATADA** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa prévia e efetuar o cumprimento destas obrigações.

Parágrafo Quarto - Expirado o prazo constante do parágrafo acima sem que tenham sido tomadas as providências cabíveis, ou sendo rejeitados os argumentos apresentados em defesa pela **CONTRATADA**, será aplicada a ela penalidade de advertência. Permanecendo a inadimplência total ou parcial em virtude de ausência de qualquer dos documentos referidos, o contrato poderá ser rescindido com a aplicação da penalidade de suspensão prevista no item "iii" do parágrafo quinto da cláusula décima terceira.

Parágrafo Quinto - Todos os documentos mencionados nesta cláusula ficarão autuados no processo administrativo referente à contratação, bem como no processo de prestação de contas que deverá ser aberto em virtude da OS "E" nº 14.695/2017.

Parágrafo Sexto - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da **CONTRATADA**, o edital da licitação por **Pregão Eletrônico - PE nº 602/2020 - ADPR-31 (Processo E-07/100.509/2019)** e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto desta licitação serão efetuados em parcelas, de acordo com o Cronograma de Desembolso Máximo, obedecidas as condições do Cronograma Físico e Financeiro apresentado na proposta de preços da contratada.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos devidos pela CEDAE à **CONTRATADA** serão efetuados com base nas faturas dos produtos efetivamente entregues, que deverão ser atestadas pela comissão interna de fiscalização.

Parágrafo Segundo - As faturas deverão ser precedidas da apresentação dos relatórios correspondentes à conclusão dos itens do Cronograma Físico Financeiro.

Parágrafo Terceiro - Os pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto deste contrato serão efetuados mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados no formulário "Solicitação de Cadastro de Credor", Anexo XII do edital.

Parágrafo Quarto - No caso da contratada estar estabelecida em localidade que não possua agência do Banco Bradesco S/A ou caso verificada pela CEDAE a impossibilidade de o licitante, em razão da negativa expressa do Banco Bradesco S/A, abrir ou manter conta corrente nesta instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Neste caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela futura contratada.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** emitirá as faturas/notas fiscais de seus serviços ao final de cada período de 30 (trinta) dias, cujos percentuais se limitarão aos valores reservados para esta contratação.

Parágrafo Sexto - Os pagamentos à **CONTRATADA** serão feitos no prazo de até 30 (trinta) dias contados de cada período de adimplemento, assim considerado o cumprimento da etapa/parcela do serviço acompanhado da nota fiscal/fatura e da documentação mencionada na cláusula oitava. O adimplemento será confirmado por meio de recibo, nos termos da Ordem de Serviço n. 14.693/2017 e do art. 191 do RILC.

Parágrafo Sétimo - De posse da documentação apresentada, a Comissão de Fiscalização, composta por 3 membros especialmente designados para esta contratação, atestará mensalmente (utilizando a forma prevista no art. 90, §3º da Lei Estadual n. 287/1979) a documentação e a qualidade do(s) serviço(s) desenvolvido(s) pela **CONTRATADA**, o que será feito como condição à realização do(s) pagamento(s) devido(s).

Parágrafo Oitavo - A verificação de qualquer irregularidade no(s) serviço(s) prestado(s) ou na documentação encaminhada impedirá a concessão do atesto, ficando conseqüentemente suspenso o prazo para pagamento, que somente voltará a correr após a solução do problema apontado.

Parágrafo Nono - A suspensão do prazo para pagamento será efetuada na data em que ocorrer a notificação da **CONTRATADA** a respeito da irregularidade verificada, podendo se dar de forma simplificada, por e-mail.

Parágrafo Décimo - Caso se faça necessário, a Comissão de Fiscalização, mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, estabelecerá de comum acordo com a **CONTRATADA** a programação dos serviços que deverão ser realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades dos serviços.

Parágrafo Décimo Primeiro- A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de faturas de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

Parágrafo Décimo Segundo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata die"; e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos mediante desconto de 2% (dois por cento) ao mês, também calculados "pro rata die. Os juros e a atualização previstos neste parágrafo não correrão durante o período de suspensão do prazo para pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE

Parágrafo Primeiro - Tratando-se de mão de obra alocada exclusivamente no contrato, decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data do orçamento a que essa proposta se referir, assim entendido o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta de licitação, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual referente aos custos decorrentes de mão de obra, se estes estiverem vinculados às datas-bases dos referidos instrumentos, aplicando-se o índice que tiver sido homologado, quando for o caso, na forma do que dispõe o art. 194, §1º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CEDAE**.

Os preços dos insumos não relacionados à mão de obra poderão ser reajustados a cada 12 meses pelo INPC iniciando-se a contagem deste prazo a partir da data da proposta (Io) vencedora do PE n. 602/2020, conforme a expressão matemática a seguir.

$$R = \frac{Po [I - Io]}{Io}$$

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = INPC correspondente ao mês do reajustamento

Io = INPC correspondente ao mês da data da proposta.

a) - Observada a periodicidade a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de execução de serviços em vigor.

b) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela a preços contratual.

Patricia L. de Masina
Advogada
Matrícula: OAB/RJ nº 136.498
CEDAE



Parágrafo Segundo - A CONTRATADA terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para iniciar o procedimento necessário ao reajuste de seus preços, contando-se este prazo a partir da divulgação do índice contratualmente ajustado. O reajuste a que tiver direito a contratada pela assunção do remanescente deverá ser pleiteado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato.

Parágrafo Terceiro - Caberá à CONTRATADA, ao pleitear o reajuste contratual, a demonstração da variação salarial de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas

Parágrafo Quarto - Os reajustes serão precedidos de requerimento da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

Parágrafo Quinto - É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio

Parágrafo Sexto - Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

Parágrafo Sétimo - A inércia da CONTRATADA em iniciar o procedimento de reajuste no prazo acima fixado importará em decadência do seu direito de pleiteá-lo, relativo à correspondente anualidade.

Parágrafo Oitavo - Consideram-se "anualidades" os sucessivos períodos de 12 (doze) meses, contados a partir do mês da data da proposta (Io).

Parágrafo Nono - O procedimento de reajuste seguirá o disposto no art. 194 e seguintes do RILC.

Parágrafo Décimo - As partes concordam, desde já, que o valor apurado a título de reajuste poderá ser negociado entre elas para permitir a aplicação de descontos em favor da CEDAE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

A CONTRATADA deverá prestar garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do art. 70 da Lei 13.303/16.

Parágrafo Primeiro - O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura do instrumento.

Parágrafo Segundo - A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).

Parágrafo Terceiro - A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

Parágrafo Quarto - A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da CONTRATADA, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela CEDAE.

Parágrafo Quinto - Se da contratação resultar a transferência da posse direta de bens da CEDAE à CONTRATADA, em valor total superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirriscos básico**, que conterà as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade

Patricia L. de Rasma
Advogada
Matrícula OAB/RJ 136.478
CEDAE

Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

Parágrafo Sexto - A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à CONTRATADA formular tal solicitação.

Parágrafo Sétimo - A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Oitavo - A CONTRATADA se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a CONTRATADA desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

Parágrafo Nono - Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou de rescisão administrativa do contrato.

Parágrafo Décimo - O atraso da CONTRATADA em prestar ou revalidar a garantia autorizará a CEDAE a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

Parágrafo Décimo Primeiro - O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA.

Parágrafo Décimo Segundo - A CEDAE se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a cessão, a sub-rogação ou subcontratação nos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual sujeitarão a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que lhe couber, às penalidades seguintes:

- Advertência;
- Multa administrativa;
- Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a CEDAE por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Parágrafo Segundo - A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b" do caput desta cláusula, serão impostas pelo Diretor responsável, na forma do art. 21, §1º, do Procedimento de aplicação de sanções da CEDAE.

Parágrafo Terceiro - A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CEDAE, previstos na alínea "c" do caput desta cláusula, será imposta pelo Diretor Presidente desta Companhia, na forma do art. 21, parágrafo terceiro, do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea "b" do caput, será aplicada à CONTRATADA pelo descumprimento de suas obrigações acessórias, observando o que segue:

- i) Corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento), aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- ii) Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- iii) O somatório das multas administrativas deverá observar o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.
- iv) Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade; e
- v) Não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso, com a multa rescisória e com a multa prevista na cláusula vigésima segunda, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa.

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput desta cláusula, será aplicada conforme as disposições do art. 9º do Procedimento de Aplicação de Sanções da CEDAE, observando o seguinte:

- i) Não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- ii) Sem prejuízo de outras hipóteses, **deverá** ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito deste valor no prazo devido;
- iii) Será aplicada pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de não apresentação da documentação prevista na cláusula oitava.

Parágrafo Sexto - A aplicação das penalidades acima referidas, em virtude das infrações contratuais retro mencionadas, não importará em renúncia, por parte da **CEDAE**, da faculdade de declarar rescindido o contrato, se assim entender conveniente ao interesse público.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora por dia útil que exceder ao prazo estipulado, conforme percentuais abaixo:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso; e
- b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, até o limite máximo de 20%.

Parágrafo Oitavo - As multas porventura aplicadas serão consideradas dívidas líquidas e certas, ficando a **CEDAE** autorizada a descontá-las das garantias prestadas, e caso estas sejam insuficientes, dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**; ou ainda, quando for o caso, cobrá-las judicialmente, servindo para tanto, o instrumento contratual como título executivo extrajudicial.

Parágrafo Nono - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação de defesa.

I) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Décimo - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Patricia Lemos de Nasma
Advogada
Matrícula E-00118923
OAB/RJ 136.478
CEDAE

Parágrafo Décimo Primeiro - Todas as multas previstas neste contrato, incluindo a rescisória e a prevista na cláusula vigésima segunda, serão somadas quando aplicadas cumulativamente, e terão como limite seus respectivos percentuais máximos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão com as consequências cabíveis.

Parágrafo Primeiro - A rescisão contratual poderá ocorrer por:

I - Ato unilateral e escrito, quando verificada a ocorrência de qualquer das situações descritas no art. 222 do RILC;

II - Acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de contratação, desde que seja vantajoso à CEDAE; ou

III - Decisão judicial ou arbitral.

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo administrativo que ensejou a contratação, sendo assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - Quando a rescisão ocorrer por interesse exclusivo da CEDAE, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido.

Parágrafo Quarto - A rescisão por ato unilateral da CEDAE, quando justificada no descumprimento de obrigações contratuais por parte da **CONTRATADA**, acarretará a aplicação de multa rescisória, no percentual de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo reajustado do contrato, bem como a execução da garantia contratual e/ou a utilização dos créditos decorrentes do próprio contrato.

Parágrafo Quinto - A CEDAE se reserva ao direito de cobrar indenização suplementar em juízo se ficar constatado que o prejuízo causado foi superior ao valor da multa rescisória aplicada, conforme autorização contida no art. 416, parágrafo único, *in fine*, do Código Civil.

Parágrafo Sexto - A **CONTRATADA** manifesta previamente que, na hipótese de a **CEDAE** reduzir suas operações em face do Projeto de Universalização e Desestatização do Saneamento Básico no Estado do Rio de Janeiro, aceitará a redução qualitativa ou quantitativa proposta pela CEDAE ou ainda a rescisão unilateral, desde que mediante comunicação por escrito e com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, renunciando a **CONTRATADA** antecipadamente a qualquer direito, nessas situações, à indenização ou compensação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR

Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

Parágrafo Único - Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação da **CEDAE** em remunerá-las.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, formalizado por meio de Termo Aditivo, com observância do disposto nos art. 209 a 211 do RILC.

Parágrafo Primeiro - As alterações que se fizerem necessárias nas quantidades ou qualidade do serviço contratado deverão observar os limites do §1º do art. 81 da Lei 13.303/2016.

Patricia L. D. Rasma

Advogada/DE

Matrícula: 67018052

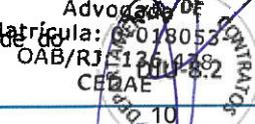
OAB/RJ-126478

CEDAE



OP

M



Parágrafo Segundo - A existência de matriz de risco para esta contratação impedirá a celebração de aditivo para os eventos ali previstos como de responsabilidade da CONTRATADA, conforme art. 196, §2º do RILC.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO PELA SUPRESSIO

O atraso, a tolerância ou a omissão da **CEDAE** no exercício de suas prerrogativas jamais ensejará a modificação automática das cláusulas avençadas, não sugerindo qualquer renúncia de direitos por parte desta, que poderá exercê-los a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a Juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA

Aceitação Provisória ocorrerá ao término de cada exercício financeiro, mediante emissão de PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA (doc. ref. ANEXO VI da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), que será assinado pelas partes atestando o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

Parágrafo Primeiro - A competência para a emissão do PARECER CIRCUNSTANCIADO PARA ACEITAÇÃO PROVISÓRIA será da Comissão de Fiscalização do Contrato, não se exigindo da **CONTRATADA** a comunicação acerca da entrega dos resultados dos serviços executados.

Parágrafo Segundo - Se a Comissão de Fiscalização do Contrato vier a constatar alguma incorreção nos serviços executados, deverá relatá-la no citado parecer e encaminhar uma cópia deste ao Gerente do Contrato, para adoção das providências necessárias.

Parágrafo Terceiro - O prazo para elaboração do parecer circunstanciado em questão será de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada exercício financeiro.

Parágrafo Quarto - Somente no último mês/etapa/parcela de execução do Contrato é que a Comissão de Fiscalização e o Gerente do Contrato deverão obedecer ao procedimento necessário à emissão do **TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA** (doc. Ref. ANEXO I da Ordem de Serviço n. 14.693/2017), abaixo descrito:

(I) A **CONTRATADA** deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**.

(II) As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e encaminhada à **CEDAE**, juntamente com a fatura relativa à última medição realizada do contrato e com os documentos exigidos para realização do pagamento. O Representante da **CEDAE** não poderá conceder à contratada o recibo simplificado de adimplemento do último mês/etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

(III) Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão do último mês/etapa/parcela a **CONTRATADA** se omitir ou se recusar a realizar a comunicação da condição de transferência de posse

Handwritten signature

Patricia L. D. Rasma

Advogada

OAB RJ: 155.478

CEDAE

do objeto pactuado, ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de suas obrigações e da conseqüente suspensão do prazo para pagamento.

(IV) Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar por meio de carta redigida em papel timbrado quanto à notificação recebida, o prazo de pagamento referente à última fatura ficará suspenso.

(V) A obrigação será considerada adimplida pelo cumprimento da etapa/parcela acompanhada dos documentos exigidos neste contrato para a realização do correspondente pagamento.

(VI) O representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá à **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

(VII) De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive o atesto da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da última fatura pela Comissão de Fiscalização.

(VIII) A veracidade e a correção das informações contidas nos comprovantes de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

(IX) Caberá à Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto no último mês/etapa/parcela dos serviços, e deverão ser registradas no processo.

(I) O procedimento de aceitação provisória poderá ser dispensado nos casos mencionados no art. 187 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEDAE – RILC, casos em que será substituído pela emissão de simples "recibo", conforme item 1.2.7.1 da Ordem de Serviços n. 14.693/2017, que permanecerá aplicável naquilo em que não confrontar com o referido art. 187 do RILC.

Parágrafo Quinto - A Comissão de Fiscalização deverá fornecer à **CONTRATADA**, se por ela solicitado, a Ordem de Serviço n. 14.693/2017, que disciplina o recebimento provisório e definitivo nos contratos da **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ACEITAÇÃO DEFINITIVA DOS SERVIÇOS

O serviço executado será recebido definitivamente ao final do contrato, da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro - A aceitação definitiva do objeto pactuado será feita por meio de Comissão especificamente nomeada para este fim, mediante emissão do termo de aceitação definitiva).

Parágrafo Segundo - A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, no prazo máximo de 60 (sessenta), solicitará à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

Parágrafo Terceiro - De igual modo, a **CONTRATADA** deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

Parágrafo Quarto - No caso de omissão ou recusa da **CONTRATADA** em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de se manifestar pela efetiva solicitação em, no máximo, 15 (quinze) dias contados a partir do recebimento da notificação.

Parágrafo Quinto - Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do contrato reterá a documentação contratual, se houver.

Patricia L. D. Pasma

Matrícula: 0-018053-4
OAB/RJ: 126008-2

CEDAE



Parágrafo Sexto - Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Sétimo - A inobservância do parágrafo anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS MEDIDAS DE INTEGRIDADE - LEI ESTADUAL 7.753/2017

Parágrafo Primeiro - Na execução do presente Contrato é vedado às partes, dentre outras condutas:

- a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja;
- b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 (conforme alterada) ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

Parágrafo Segundo - A **CONTRATADA** compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética e Conduta da CEDAE, presente no link www.cedae.com.br/governancacorporativa.

Parágrafo Terceiro - A violação aos parágrafos primeiro e segundo pelos administradores, empregados ou prestadores de serviços da **CONTRATADA**, a depender da gravidade da infração e dos danos causados à CEDAE, acarretará na aplicação das sanções administrativas previstas no contrato, rescisão unilateral e/ou ressarcimento de perdas e danos apurados.

Parágrafo Quarto - A comunicação imediata à CEDAE de eventual violação aos parágrafos primeiro e segundo, acompanhada das medidas tomadas pela **CONTRATADA**, suficientes para sanar a violação, desde que preservados os negócios da CEDAE, sua imagem e reputação, serão consideradas como atenuantes para o fim previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** se obriga a possuir e manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no "*conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública*".

Parágrafo Sexto - O programa de integridade será obrigatório nos contratos com prazo de vigência igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias cujo valor ultrapasse R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), para compras e serviços, ou R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para obras e serviços de engenharia; sendo facultativo nos demais casos.

Parágrafo Sétimo - A **CONTRATADA** que não possuir o programa de integridade já implantado deverá constituirlo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura deste contrato.

Parágrafo Oitavo - O não atendimento ao disposto no parágrafo sétimo implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

Parágrafo Nono - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

Patricia L. D. Rasma
Advogada
Matrícula: 01018053-4
OAB/RJ: 136.478
CEDAE



Parágrafo Décimo - O não cumprimento da exigência durante o período contratual acarretará a impossibilidade da contratação da empresa com a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio de Janeiro até a sua regular situação.

Parágrafo Décimo Primeiro - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

Parágrafo Décimo Segundo - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei Estadual 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

Parágrafo Décimo Terceiro - As ações e deliberações do Gerente do Contrato não poderão implicar interferência na gestão das empresas nem ingerência de suas competências, devendo ater-se a responsabilidade de aferir a implantação do Programa de Integridade por meio de prova documental emitida pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Décimo Quarto - A prática de atos de contra a Administração Pública Estadual sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas na Lei Federal nº 12.846/2013, na forma do Decreto Estadual nº. 46.366/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato desta contratação será publicado no Diário Oficial do Estado, para fins de mera publicidade, e posteriormente divulgado no sítio eletrônico da **CEDAE**.

Parágrafo Único - Após a publicação no Diário Oficial, deverá ser observado o disposto na Deliberação TCE-RJ n. 312/2020 para o envio das informações nos casos exigidos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Rio de Janeiro para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, 10 de AGOSTO de 2021.

Pela **CEDAE**:


LÉONARDO ELIA SOARES
Diretor Presidente


MARCO AURÉLIO DAMATO PORTO
Diretor da Região do Interior

Pela **CONTRATADA**:


DANIELE ALVES DE SOUZA SILVA
Administradora

TESTEMUNHAS:

- 1) Karen Deberg Reis Welbert RG: 10204024-4
- 2) ALFREDO F. SILVA RG: 05599514-6 IFR

Contr-ALE-8-DAN-melhora-serviços-prestados-agência-interior-LOTE-II-DL-030-2021-PLD


Patricia B. D. Rasma
Advogada
Matrícula: 0-018051-4
OAB/RJ: 126.478
CEDAE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 87/2021

OBJETO: contratação de empresa de engenharia civil para execução de obras e serviços de pavimentação em paralelepípedo de 10.105,26m², no município de Curralinhos-PI, para lote 02. CONTRATANTE: Secretaria de Estado das Cidades. CNPJ: 08.767.094/0001-30, CONTRATADA: ANCAL CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ: 26.912.948/0001-07, VALOR: R\$ 640.119,01 (seiscentos e quarenta mil, cento e dezoito reais e um centavo) para Lote 02, PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias, VIGÊNCIA: 31 de março de 2022, FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços de nº 007/2021 e o que consta no Processo Administrativo Nº AA.310.1.001133/20-56, Classificação Orçamentária: 450101.15.451.0008; Projeto Atividade: 1871; Natureza da Despesa: 449051 e FR - 110, SICONV 883308/2019, DATA ASSINATURA: 15/09/2021, SIGNATÁRIOS: Fábio Henrique Mendonça Xavier de Oliveira - Contratante e Alaide dos Santos Lobão - Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 89/2021

OBJETO: contratação de empresa de engenharia civil para execução de obras e serviços de pavimentação em paralelepípedo com extensão de 3.976,60m², para lote 01, no município de São José do Peixe-PI. CONTRATANTE: Secretaria de Estado das Cidades. CNPJ: 08.767.094/0001-30, CONTRATADA: POTY CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 17.323.084/0001-05, VALOR: R\$ 506.026,35 (quinhentos e seis mil, vinte e seis reais e trinta e cinco centavos), para Lote 01, PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e oitenta) dias, VIGÊNCIA: 31 de agosto de 2022, FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços de nº 008/2021 e o que consta no Processo Administrativo SEI Nº 00310.000179/2021-34, Classificação Orçamentária: 450101.15.451.0008; Projeto Atividade: 1871; Natureza da Despesa: 449051 e FR - 110, SICONV 893333/2019, DATA ASSINATURA: 15/09/2021, SIGNATÁRIOS: Fábio Henrique Mendonça Xavier de Oliveira - Contratante e Felipe de Santana Machado - Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 86/2021

OBJETO: contratação de empresa de engenharia civil para execução de obras e serviços de pavimentação em paralelepípedo de 18.808,50m², no município de Campo Maior-PI para lote 01. CONTRATANTE: Secretaria de Estado das Cidades. CNPJ: 08.767.094/0001-30, CONTRATADA: ANCAL CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ: 26.912.948/0001-07, VALOR: R\$ 1.496.267,37 (um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil, duzentos e sessenta e sete reais e sete centavos) para Lote 03, PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias, VIGÊNCIA: 31 de março de 2022, FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços de nº 007/2021 e o que consta no Processo Administrativo Nº AA.310.1.001133/20-56, Classificação Orçamentária: 450101.15.451.0008; Projeto Atividade: 1871; Natureza da Despesa: 449051 e FR - 110, SICONV 883886/2019, DATA ASSINATURA: 15/09/2021, SIGNATÁRIOS: Fábio Henrique Mendonça Xavier de Oliveira - Contratante e Alaide dos Santos Lobão - Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 88/2021

OBJETO: contratação de empresa de engenharia civil para execução de obras e serviços de pavimentação em paralelepípedo de 14.068m², no município de Picos-PI para lote 03. CONTRATANTE: Secretaria de Estado das Cidades. CNPJ: 08.767.094/0001-30, CONTRATADA: PORTELA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ: 31.658.748/0001-00, VALOR: R\$ 947.269,85 (Novecentos e quarenta e sete mil, duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) para Lote 03, PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias, VIGÊNCIA: 31 de março de 2022, FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços de nº 007/2021 e o que consta no Processo Administrativo Nº AA.310.1.001133/20-71, Classificação Orçamentária: 450101.15.451.0008; Projeto Atividade: 1871; Natureza da Despesa: 449051 e FR - 110, SICONV 848545/2017, DATA ASSINATURA: 15/09/2021, SIGNATÁRIOS: Fábio Henrique Mendonça Xavier de Oliveira - Contratante e Francisco Claudio Portela - Contratada.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 8/2021

PROCESSO SEI Nº 00310.000179/2021-34

O Secretário de Estado das Cidades do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, resolve: Com fundamento no inciso VI, do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, e conforme o que consta no Processo SEI Nº 00310.000179/2021-34, HOMOLOGAR o procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços Nº 008/2021, tipo menor preço Unitário, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia civil para execução de obras e serviços de pavimentação em paralelepípedo com extensão de 3.976,60m², para lote 01 e com extensão de 4.107,31m², para lote 02, no município de São José do Peixe-PI, e ADJUDICAR o objeto licitado em favor das empresas POTY CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, com proposta comercial no valor de R\$ 506.026,35 (quinhentos e seis mil, vinte e seis reais e trinta e cinco centavos), para Lote 01 e CONSTRUTORA CAXE EIRELI, com proposta comercial no valor de R\$ 488.475,59 (quatrocentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), para Lote 02, pelas propostas mais vantajosas para esta Secretaria. INFORMAÇÕES: Sala da Comissão Permanente de Licitação da SECID/PI, Av. Joaquim Ribeiro, 835, Centro/Sul, CEP: 64.001-480, nesta Capital. Tel: (86) 3216-3692. Fax: (86) 3216-4474. E-mail: cpl@cidades.pi.gov.br.

Teresina-PI, 15 de setembro de 2021.
FÁBIO HENRIQUE MENDONÇA XAVIER DE OLIVEIRA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2021

PROCESSOS Nº AA.310.1.001133/20-56 E AA.310.1.001133/20-71

O Secretário de Estado das Cidades do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, resolve: Com fundamento no inciso VI, do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, e conforme o que consta no Processos Nº AA.310.1.001133/20-56 E AA.310.1.001133/20-71, HOMOLOGAR o procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços Nº 007/2021, tipo menor preço Unitário, cujo objeto é a contratação de empresa de engenharia civil para execução de obras e serviços de pavimentação em paralelepípedo de 18.808,50m², no município de Campo Maior-PI para lote 01, 10.105,26m², no município de Curralinhos-PI para lote 02 e 14.068m², no município de Picos-PI para lote 03, e ADJUDICAR o objeto licitado em favor das empresas ANCAL CONSTRUÇÕES EIRELI, com proposta comercial no valor de R\$ 1.496.267,37 (um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil, duzentos e sessenta e sete reais e trinta e sete centavos) para Lote 01 e R\$ 640.119,01 (seiscentos e quarenta mil, cento e dezoito reais e um centavo) para Lote 02 e PORTELA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, com proposta comercial no valor de R\$ 947.269,85 (Novecentos e quarenta e sete mil, duzentos e sessenta e nove reais e oitenta e cinco centavos) para Lote 03, pelas propostas mais vantajosas para esta Secretaria. INFORMAÇÕES: Sala da Comissão Permanente de Licitação da SECID/PI, Av. Joaquim Ribeiro, 835, Centro/Sul, CEP: 64.001-480, nesta Capital. Tel: (86) 3216-3692. Fax: (86) 3216-4474. E-mail: cpl@cidades.pi.gov.br.

Teresina-PI, 15 de setembro de 2021.
FÁBIO HENRIQUE MENDONÇA XAVIER DE OLIVEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 34/2021

PROCESSOS SEI Nº 00310.000902/2021-85

O ESTADO DO PIAUÍ, através da Secretaria das Cidades- SECID/PI dá ciência a todos que realizará a Tomada de Preços nº 034/2021 do tipo "Menor Preço", regida pela lei federal nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações, conforme discriminação a seguir, objeto: escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa de engenharia para execução de obra e serviços de recuperação de estrada vicinal, lote 01: 15,63km no município de Lagoa Alegre-PI e lote 02: 11,55 km no município de Boqueirão-PI. Abertura 05/10/2021 às 10:00h. REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Unitário. FONTE DE RECURSOS: 110/100 Convênio SICONV Nº 892929/2019, para o Lote 01 e Convênio SICONV Nº 892930/2019, para o Lote 02. VALOR GLOBAL ESTIMADO: Lote 01: R\$ 436.196,25 (Quatrocentos e trinta e seis mil, cento e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos) e Lote 02: R\$ 387.730,00 (trezentos e oitenta e sete mil, setecentos e trinta reais). INFORMAÇÕES: Sala da Comissão Permanente de Licitação da SECID/PI, Av. Joaquim Ribeiro, 835, Centro/Sul, CEP: 64.001-480, nesta Capital. Tel: (86) 3216-3692. Fax: (86) 3216-4474. E-mail: cpl@cidades.pi.gov.br.

Teresina-PI, 15 de setembro de 2021.
JOSÉ GUIMARÃES LIMA NETO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2021. PROCESSO SEI: 02610015.001533/2021-84. UNIDADE GESTORA: 312021. DAS PARTES: Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte - EMATER/RN, CNPJ: 08.281.073/0001-00 e LATICÍNIOS NAMORADOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO - EIRELI, inscrita no CNPJ/sob Nº 07.279.707/0001-28. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o ACRÉSCIMO em 25% (vinte e cinco por cento) o valor total contratado, alterando assim a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS CARACTERÍSTICAS, CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR e a CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, conforme previsto no Art. 65, inciso I, 'b', § 1º da lei 8.666/93. ONDE LER-SE: Lote 04, Litros/Dia 3.410, Municípios contemplados: Barcelona, Bodó, Cerro Corá, Japi, Lagoa Nova, Lagoa de Velhos, Santa Cruz, São Tomé e Tangará. LEIA -SE: Lote 04, Litros/Dia 4.262, Municípios contemplados: Barcelona, Bodó, Cerro Corá, Japi, Lagoa Nova, Lagoa de Velhos, Santa Cruz, São Tomé e Tangará. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Licitação Inexigível. FUNDAMENTO LEGAL: ART. 25 da Lei Federal Nº 8.666/93 e no acórdão Nº. 351/2010, do Tribunal de Contas da União - TCU. Pela regularidade. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Função Programática 20.606.4010.1954 Elemento da despesa: 33.90.32.08 - Gênero Alimentícios - Leite. Fonte 4.281.010869 - Valor R\$ 1.505.977,70 (um milhão quinhentos e cinco mil novecentos e setenta e sete reais e setenta centavos). Fonte 5.105 - Valor R\$ 732.637,80 (setecentos e trinta e dois mil seiscentos e trinta e sete reais e oitenta centavos). VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 2.238.615,50 (dois milhões duzentos e trinta e oito mil seiscentos e quinze reais e cinquenta centavos). Assinatura do Ato: 15/09/2021. Natal/RN, 15 de Setembro de 2021. Cesar José de Oliveira - Diretor Geral.

SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2021-SEAD

TIPO: TÉCNICA E PREÇO GLOBAL. PROCESSO SEI Nº 02410015.005872/2020-60.

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado da Administração/SEAD, no uso de suas atribuições legais, comunica aos interessados que a empresa START CONSULTORIA TÉCNICA LTDA, Interpôs, tempestivamente, Recurso Administrativo contra a decisão da Comissão, relativo às notas técnicas. Diante disso, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para interposição das contrarrazões, previsto na Cláusula Oitava do edital, iniciando a partir da publicação deste aviso.

Natal-RN, 14 de setembro de 2021
ALEXANDRE COSTA RODRIGUES DE SOUSA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 008/2021 (DRM). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a L. PHILIPPE CONSTRUÇÕES EIRELI. OBJETO: "Rerratificação De Itens Da Planilha Orçamentária, Sem Alteração De Valor". PRAZO: Sem Prazo. VALOR: Sem Valor. DATA DE ASSINATURA: 17/08/2021. FUNDAMENTO: Processo Nº. E- 12/800.139/2019 (L.I. Nº 006/2020).

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 646/2021

Objeto: "Aquisição De Substrato Enzimático Definido Onpp - Mug 24 Horas". Data da Etapa de Lances: 30/09/2021 - Horário: 11:00 horas. Processo nº E-12/800.205/2021. Endereço eletrônico: www.licitacoes.caixa.gov.br. O edital completo encontra-se à disposição dos interessados no Portal de Compras Caixa, no endereço eletrônico acima citado ou no site www.cedae.com.br/licitacao, podendo, alternativamente, ser retirado mediante permuta de duas folhas de papel tamanho A4 - 75g/m², na Av. Presidente Vargas, nº 2.655 - Térreo/Cidade Nova - RJ, telefones: 21 2332-3830 e 2332-3831 no horário de 09h às 12h e de 14h às 17h.

Em 15 de setembro de 2021
AMANDA BLANCO
Assessoria de Licitações - DAD-3 CEDAE

EXTRATOS DE CONTRATOS

INSTRUMENTO: Contrato CEDAE nº 084/2021 (DRI). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ALE & DAN SERVIÇOS, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA. OBJETO: "Contratação Remanescente Ao Contrato N. 088/2020 Para A Prestação De Serviços Nas Agências De Atendimento Da Diretoria Da Região Do Interior - Dri, Em 3 Lotes - Lote II". PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR TOTAL: R\$ 9.404.523,00 (nove milhões, quatrocentos e quatro mil, quinhentos e vinte e três reais). DATA DE ASSINATURA: 10/08/2021. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-07/100.509/2019 (Dispensa de Licitação Nº 030/2016(DRI)).

INSTRUMENTO: Aditivo nº 01 ao Contrato CEDAE nº 090/2020 (DRI). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e ENGE SERVICE ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: "Promover A Renovação De Prazo Contratual". PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR TOTAL: R\$ 6.298.893,12 (seis milhões, duzentos e noventa e oito mil, oitocentos e noventa e três reais e dez centavos). DATA DE ASSINATURA: 10/08/2021. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-07/100.509/2019 (Pregão Eletrônico Nº 602/2020).

INSTRUMENTO: Aditivo nº 02 ao Contrato CEDAE nº 089/2020 (DRI). PARTES: A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e TELSAN ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: "Promover A Renovação De Prazo Contratual". PRAZO: 12 (doze) meses. VALOR TOTAL: R\$ 8.650.000,00 (oito milhões, seiscentos e cinquenta mil reais). DATA DE ASSINATURA: 10/08/2021. FUNDAMENTO: PROCESSO Nº. E-07/100.509/2019 (Pregão Eletrônico Nº 602/2020).



